

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: PRÁTICAS DISCURSIVAS DO MUNDO DO TRABALHO

Rosângela Rocio Jarros RODRIGUES (PG-UUEL)

Luiz Carlos FERNANDES (UEL)

ISBN: 978-85-99680-05-6

REFERÊNCIA:

RODRIGUES, Rosângela Rocio Jarros;
FERNANDES, Luiz Carlos. Nem tudo que reluz é
ouro: práticas discursivas do mundo do trabalho. In:
CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS
LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007,
Maringá. *Anais...* Maringá, 2009, p. 2020-2028.

1. PROVÉRBIO: FONTE DE RIQUEZA IDEOLÓGICA

O provérbio segundo Ferreira (1986, p. 1409) é “máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens. Ex.: casa de ferreiro, espeto é de pau”.

É pouco provável que exista alguém que não conheça pelo menos um provérbio ou que nunca o tenha utilizado. Pertencem à memória social e são úteis como meio de inculcação e reprodução ideológica. Assim, numa sociedade organizada sob o modelo econômico capitalista é comum dizer e ouvir no ambiente de trabalho provérbios como: “Tempo é dinheiro”; “Com perseverança tudo se alcança”; “A união faz a força”; “Deus ajuda a quem cedo madruga”; “Quem guarda tem”; “Não deixe para amanhã o que se pode fazer hoje”; “O dinheiro não traz felicidade”; “Melhor pingar do que faltar”; “Não dê o passo maior que as pernas”; “Macaco que muito pula quer chumbo”; “Não coloque o carro na frente dos bois”; “Quem diz o que quer, escuta o que não quer”; “Primeiro a obrigação, depois a diversão”; “A justiça tarda, mas não falha”; “Em boca fechada não entra mosca”; “O destino a Deus pertence”. Os provérbios são enunciados que condensam a experiência humana e iluminam a realidade social vivida.

Nenhum enunciado é neutro, portanto o provérbio, como expressão linguageira de uma sociedade, está imbuído de valores que veiculam ideologias como: a parcimônia, a persistência, a abnegação, a cooperação, a diligência, a dedicação, o esforço, o altruísmo, a cautela, o silêncio, a submissão, a sorte ou ao acaso. Em si mesmas não cabe julgamento de valor, pois todas se apresentam positivamente, contudo o valor está no contexto sócio-histórico em que são empregadas. A situação de uso de determinado provérbio, por exemplo, num ambiente laboral, serve de instrumento de

adaptação e de manipulação do outro aos interesses instrumentais do mundo do trabalho.

Para Obelkevich (1997) a característica relevante do provérbio não está em sua forma, ou seja, no ritmo, na metáfora, na construção binária, na assonância, na aliteração, mas na função que o provérbio exerce nas interações sociais. Entre as possíveis estão aquelas de efeito moral e didático. Ao proferir um provérbio, o locutor tem o objetivo de ensinar, aconselhar, admoestar e, principalmente, convencer o outro a atuar em determinada direção, isso ocorre devido a sua condição de elemento persuasivo.

Embora os provérbios sejam enunciados impessoais e anônimos, apresentam-se como argumentos de autoridade devido a sua permanência histórica, tradicional e atemporal na vida cotidiana e linguajeira de uma comunidade. O significado de autoridade de um provérbio pode ser apreendido a partir do contexto sócio-histórico em que foi dito ou escrito. A significação do uso e da escolha por um provérbio passa pelas condições de produção que engendram a situação singular de enunciação proverbial.

Costuma-se apontar a origem do provérbio na sabedoria popular e que o seu apogeu deu-se no século XVI e metade do século XVII. Nesse período o provérbio era considerado parte do capital cultural das pessoas educadas e que proferi-los era sinônimo de eloquência e riqueza, segundo Obelkevich (1997). Hoje é possível encontrá-los em uso, em maior ou menor quantidade, conforme o tipo de gênero discursivo. No gênero discursivo jurídico é comum encontrar a citação de provérbios em peças sentenciais.

No gênero discursivo acadêmico-científico, por exemplo, os relatórios de estágio de que trata este artigo, os provérbios raramente são utilizados na forma de frase feita, mas é possível “ouvir-se” atrás do texto identificando as pistas do provérbio que ancora determinado enunciado.

2. O CORPUS E A MANIFESTAÇÃO DO PROVÉRBIO

No *corpus* que será analisado neste artigo, o provérbio está diluído no texto e nosso objetivo é identificar estas marcas e o seu conteúdo ideológico. A seguir, transcrevemos um trecho do relatório de estágio de Miguel (2005) que, após ter realizado o estágio de psicologia do trabalho numa indústria de fiação, tece suas considerações finais acerca da experiência vivida como estagiária do último ano do curso de graduação em psicologia em uma instituição pública de ensino.

Considerações Finais

No “palco” sempre a mesma encenação: o trabalhador, na sua jornada de trabalho, assumindo seu papel e executando seu roteiro: mãos para a direita, mãos para a esquerda, movimento acima, movimento abaixo. Ordens, mandos e desmandos. A empresa detentora do certificado de qualidade de seus produtos e com programa de treinamentos.

E atrás de toda encenação? Estão os interesses capitalistas, interesses pela produção em demasia. Esses interesses dos detentores do poder fazem com que ocorram encenações de coerção, alienação, desinteresse pela saúde do trabalhador, controle hierárquico e reforço ao individualismo. Tudo em prol da produção e da lucratividade.

E o que ganham os trabalhadores? Nada! Estes trocam seu suor, sua dignidade, pelo salário para que possam colocar comida em suas mesas. E no final de

história, o trabalhador não ganhou nada, mas sim perdeu vida, tornou-se apenas um corpo, alheio a si próprio.

Podemos dizer que o trabalho é uma referência fundamental para o indivíduo, influenciando decisivamente não apenas na construção de sua identidade individual, como também em sua forma de inserção no meio social.

Naturalmente, o trabalho que ajuda o homem construir uma auto-imagem e uma identidade positivas, não é o trabalho alienador, “coisificador” e desumanizador. O trabalho que constrói é aquele em que a mercadoria produzida pelo trabalhador tem menos valor do que o homem que produz (CODD, 1993). (...) (MIGUEL, 2005, p.27-28).

Como se trata de um relatório de estágio há forte pressão para adaptação do enunciado segundo os padrões normativos da academia, que prima pelos efeitos de objetividade e distanciamento em seus enunciados. Trata-se, porém, de normas coercitivas relativamente ilusórias, pois, conforme procuramos demonstrar neste trabalho, o enunciador irá inscrever a sua subjetividade no material que produz. O que se tem é a ilusão de objetividade e de distanciamento impostos pela tipologia do gênero discursivo.

Assim é que o enunciador faz escolhas e inicia seu dizer propondo uma representação teatralizada da situação que deseja descrever e que foi observada no campo de pesquisa do estágio: “No “*palco*” sempre a mesma *encenação*” e “E atrás de toda *encenação*?”. Isso corresponde a uma forma de enunciação que cria um efeito de sentido que permite ao enunciador manipular, na linguagem e pela linguagem, dados da realidade dando a impressão de fantasia para, assim, obter compreensão e aprovação do enunciatário.

Com esta escolha enunciativa, a da teatralização, o enunciador (o aluno) busca angariar a simpatia e compreensão dos enunciatários, que são: o professor que o acompanhou durante o estágio, que lerá o relatório e atribuirá nota, além, ainda, de sancionar o que vai ser dito e como vai ser dito, e também, o representante do campo de estágio. Este último não atribui nota, porém pode fechar o referido campo para futuros estagiários, e, cabe dizer tem sido com muita dificuldade que os alunos têm conseguido acesso a esse espaço. Obter a simpatia é importante para o enunciador porque institucionalmente cumprem-se papéis sociais com diferenças de posição de autoridade.

A situação de enunciação é altamente coercitiva para o sujeito enunciatário do relatório de estágio, por isso utilizará recursos lingüísticos para atrair atenção e simpatia do enunciatário. O seu saber/poder/dever dizer estará orientado pela formação ideológica de um discurso aprendido no espaço institucional e que lhe conferirá, ou não, competência discursiva. A posição que ocupa o enunciatário no espaço discursivo afeta a escolha enunciativa do sujeito enunciatário quanto ao que pode e deve der dito.

Para Maingueneau (1997, p.56) a comunidade discursiva é “o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva”, isso “remete a tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida”. Para ele é através do discurso que se dá a materialização da complexa fabricação específica e coletiva de uma comunidade discursiva. Trata-se, portanto, de uma identidade discursiva coletiva.

O sujeito discursivo deve ser pensado como posição, como lugar. O sujeito discursivo do relatório de estágio é aquele que ocupa o lugar de aprendiz de um papel profissional. Quando o sujeito da enunciação enuncia, ele o faz a partir da posição de aluno, do seu papel institucional. Segundo Orlandi (2005, p.49), para o sujeito, “o que ele diz deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que está inscrevendo

suas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. (...) Isso lhe dá identidade”.

Quando o enunciador escolhe a metáfora do teatro, há um convite para ver algo. Ver uma cena, uma representação de um acontecimento memorável que pode ter relação direta com a realidade cotidiana de uma sociedade. Porém, o que se vê no teatro é do mundo da *aparência*, do imaginário, “do que reluz”, mas todo esforço daqueles que estão envolvidos numa encenação é para levar o público a perceber a *essência* da temática tratada ali, “do que é ouro”.

Assim, o enunciador irá fazer-criar que “nem tudo que reluz é ouro”, que a cena apresentada como realidade ordenada e organizada pode ocultar estratégias coercitivas de adaptação alienada do homem ao trabalho. O que se apresentará é o jogo discursivo entre duas formações ideológicas antagônicas do mundo do trabalho.

3. APARÊNCIA E ESSÊNCIA: O JOGO IDEOLÓGICO

Faz parte do provérbio “nem tudo que reluz é ouro” o enunciado de uma relação de oposição entre a aparência e a essência. Segundo Russ (2003), a *aparência* refere-se ao aspecto exterior de uma coisa, dado na representação e que pode ter um aspecto enganador na sua maneira manifesta. Já a *essência* trata da natureza de uma coisa, de um ser e de seus elementos constitutivos.

O enunciador constrói o enunciado contrapondo os dois níveis: o da aparência, “*a mesma encenação: o trabalhador... executando seu roteiro... mãos... movimentos... ordens... qualidade de seus produtos*”; e o da essência, “*os interesses capitalistas, interesses pela produção em demasia... coerção... alienação*...”. O efeito de sentido produzido é de desvelamento da verdade, de pôr em aberto o que estava oculto, de romper com o aparente e mostrar o que é essencial.

No mundo do trabalho, o nível da aparência é o que está visível, na superfície, portanto, imediatamente acessível. O que está acessível é tomado como realidade que existe por si mesma, independentemente do que é essencial e foi engendrado nas relações sócio-historicamente pelos modos de produção materiais da existência. O nível da essência é mais profundo, geralmente oculto porque guarda relações de interesses conflitantes entre dominados e dominadores, a luta de classes.

Com isso estamos adentrando o campo das relações ideológicas, que segundo Fiorin (1995, p.28) é constituído pelo “conjunto de idéias, representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”. O autor aponta que a ideologia é elaborada a partir do nível da aparência, que oculta a essência da ordem social onde se estabelecem as relações mais profundas.

O estilo de linguagem dramatizada adotada pelo enunciador ambienta o enunciatário no nível da aparência tranquilizando-o sobre o que vai ver e, para isso, recorre ao advérbio de tempo “sempre”, em “*é sempre a mesma encenação*”, com o que cria um efeito de sentido de proximidade, de constância, de tratar-se algo nada ameaçador. O “sempre” remete a instância da enunciação, apresentando um caráter apreciativo ainda mais evidente por aparecer no início do enunciado e do texto, como resposta ao questionamento feito pelo próprio enunciador. Esse advérbio constitui uma marca de que o enunciador pertence a uma formação discursiva contraposta à que será apresentada logo na seqüência de novos enunciados.

A formação discursiva que se oporá àquela que o enunciador parece aderir é do modelo econômico capitalista. Para Orlandi (2005, p.43) “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Na formação discursiva “capitalista”, o enunciado tratará conteúdos lexicais ligados ao controle da produção, à divisão do trabalho, às ordens de comando e ao esforço físico voltados para a produção material e para o atendimento dos interesses de natureza instrumentais.

Dessa maneira, o enunciatário é conduzido a ver a linha de montagem, símbolo do modo de organização do trabalho taylorista que introduziu a divisão técnica e social dos homens, ou seja, parcelou o trabalho criando a especialização técnica e separou os homens entre aqueles que pensam e aqueles que executam, os que mandam e os que obedecem. Nessa perspectiva, conforme Guareschi e Grisci (1993, p. 40), “o trabalhador perde a visão do processo total da fabricação do produto e não detém o poder do conhecimento sobre o que as suas mãos executam. (...) e estão sob olhares vigilantes de quem cuida da disciplinarização dos corpos tão distantes de suas almas”.

O sujeito da enunciação organiza de tal forma o enunciado no relatório que cria o sentido de uma linha de montagem e retrata os princípios tayloristas de trabalho: “*o trabalhador na sua jornada de trabalho, assumindo seu papel e executando seu roteiro: mãos para a direita, mãos para a esquerda, movimento acima, movimento abaixo. Ordens, mandos e desmandos. A empresa detentora de qualidade de seus produtos e com programas de treinamento*”.

O enunciador consegue dar sentido de ritmo ao enunciado aludindo à esteira de produção, como aquela apresentada no filme “Tempos Modernos” de Charlie Chaplin. É traçada uma linha contínua de operações organizadas, que vem desde a chegada do trabalhador no local de trabalho, com a distribuição das tarefas, a ação da chefia e a eleição do objetivo da produção com base na qualidade dos produtos, visando o que o trabalhador deverá ser treinado.

Na seqüência textual, o enunciador usa o recurso do ponto de interrogação que vai marcar a mudança do tom de voz que se eleva: “*E atrás de toda encenação?*”. O sujeito enunciador anuncia a sua adesão a uma outra formação discursiva e ideológica contrária. Há elevação do nível de abordagem do problema, com a transposição do nível da aparência em direção ao da essência, com o que o enunciador deixa a formação discursiva capitalista e parece aderir ao antidiscurso, ao seu avesso, ou seja, a uma formação discursiva crítica orientada pela formação ideológica de cunho marxista.

Até então, a formação discursiva estava ancorada no modelo econômico capitalista, representado pela burguesia, de formação ideológica de exaltação à submissão, à dedicação, à subserviência, ao silêncio, à ordem enquanto prerrogativas do bom trabalhador. Todavia, agora ligada a uma outra formação discursiva, novos léxicos são introduzidos no enunciado: “*coerção, alienação, desinteresse pela saúde do trabalhador, controle hierárquico e reforço ao individualismo. Tudo em prol da produção e da lucratividade*”. É o jogo interdiscursivo instalado no texto. Tais enunciados, segundo o ponto de vista do enunciador, parecem suficientes para invalidar e comprovar o ponto de vista que defende. É dessa maneira que constrói aos olhos do leitor a sua verdade textual.

Conforme Brandão (1998, p.16), a identidade de uma formação discursiva “deve ser buscada numa análise com outras formações discursivas com a qual dialoga”, priorizando-se essa “zona de contato” como objeto de análise. É a partir do

estabelecimento da zona de contato entre as duas formações discursivas clássicas do mundo do trabalho que emergem dois grupos de actantes: o dos “*capitalistas... detentores do poder*” e “*os trabalhadores*”. O primeiro grupo que detém o poder através do lucro obtido pela produção em excesso gerando a mais-valia e, o segundo, que é o assalariado, que vende a força de trabalho. Assim, com a projeção dos actantes há uma debreagem actancial enunciativa, que é um recurso que o sujeito da enunciação conta para aproximar-se mais do seu enunciatário e tem forte apelo ideológico.

O enunciador continua fazendo escolhas e opta por advogar pelo grupo de trabalhadores assalariados, ao perguntar: “*E o que **ganham os trabalhadores?***” Para tanto, recorre, mais uma vez, ao ponto de interrogação no sentido de elevar o tom, para promover o efeito de proximidade com um grupo. É com a introdução de o verbo “ganhar” que a metáfora do jogo é instalada criando-se o sentido de disputa, espaço lúdico que inclui as presenças de um vencedor e de um perdedor.

Em “*o que ganham*”, o verbo “ganhar” institui o enunciador como aquele que é suficientemente sensível para compreender o problema do trabalhador e, então, sai em sua defesa. Ao enunciar de sua posição de aluno, o sujeito enunciador reveste-se de força e autoridade para angariar simpatia e apontar as condições de trabalho desiguais entre trabalhadores e capitalistas. Assim, cria o *ethos* de agente de defesa de ganhos mais igualitários entre trabalhadores e patrões.

Também se verifica o uso do ponto de exclamação em resposta à pergunta: “*E o que ganham os trabalhadores? **Nada!***”. Essa marca serve para expressar o estado emotivo do enunciador, que revela sua indignação com o resultado nulo, o nada resultante do “jogo”. Ainda no mesmo tom elevado de indignação, o enunciador indica o que foi utilizado como base de troca: “*Eles trocam seu suor, sua **dignidade pelo salário para que possam colocar comida em suas mesas***”. Valores intangíveis como saúde e dignidade são trocados por algo tangível, o salário que atende apenas a uma necessidade básica, a de alimentação, comida. Desse modo, dá a entender que a essência da existência humana está na manutenção dos valores intangíveis.

Quando chega nesse momento singular, o enunciador propõe uma volta à encenação inicial: “*E no final da **história...***”, como se quisesse abrandar o tom de indignação e fazer como em toda história em que se procura encontrar uma moral ou uma lição final: “*o trabalhador não ganhou nada, mas sim perdeu, tornou-se apenas um corpo, alheio a si próprio*”. Contudo, reafirma que o grupo do trabalhador assalariado, no jogo das forças produtivas perde, inevitavelmente, pois as regras favorecem um grupo. Isso fica bem acentuado pela escolha lexical portadora de carga semântica altamente negativa: “***não ganhou... perdeu... apenas um corpo***”.

A composição teatral tem o potencial de tornar comovente, dramático um acontecimento permitindo suscitar maior interesse e envolvimento com o mesmo. O efeito de sentido criado até aqui é de comoção para convencer o enunciatário em relação à condição sofrível de exploração a que está submetido o trabalhador assalariado.

No fio do discurso, destacam-se alternâncias nas projeções da pessoa do sujeito da enunciação. No início do texto, referencia-se como terceira pessoa do singular, o não-pessoa, assumindo uma posição neutra, a fim de criar um efeito de objetividade e de maior distanciamento. Com isso, o enunciador silencia uma formação discursiva contrária a sua posição por simular neutralidade.

No quarto parágrafo do texto, o sujeito enunciador deixa de teatralizar, promovendo uma ruptura em relação à posição daquele enunciador que se coloca como autoridade para relatar e subverte a pessoa. O enunciador rerepresenta-se, então, na

primeira pessoa do plural *nós*: “*Podemos dizer que o trabalho é uma referência...*”, o que produz um efeito de diluição do *eu* e ampliação do *nós*, criando-se uma esfera de reciprocidade. Segundo Fiorin (1996, p.96), “o *nós* inclui o enunciatário no enunciador e, portanto, aquele é obrigado por este a assumir o texto com ele”.

As alternâncias revelam as mudanças de ponto de vista. O sujeito enunciador referencia coma forma verbal “*podemos*”, por meio de um *nós* composto por *eu* (sujeito enunciador) + *eles* (grupo institucional), um *nós* que exclui os actantes instalados no texto e passa a enunciar-se como porta-voz autorizado de uma coletividade profissional, a qual está coesa quanto à definição de trabalho como categoria central para compreensão do homem. Ao mover-se da posição de aluno para membro de uma categoria profissional acentua-se a força persuasiva do seu texto e reforça o *ethos* de confiabilidade que quer despertar no enunciatário.

O enunciador assume o papel institucional, ora de aluno, ora de membro de uma comunidade profissional, para obter o apoio do outro. Esse outro não é o professor e nem o representante do campo de estágio, denominados inicialmente como enunciatários. O *nós* é um outro enunciador reconhecido como autoridade no mundo acadêmico-científico e ligado à formação discursiva de ideologia marxista: “*O trabalho que ajuda o homem a construir uma auto-imagem e uma identidade positivas, não é o trabalho alienador, coisificador e desumanizador. O trabalho que constrói é aquele em que a mercadoria produzida pelo trabalhador tem menos valor de que o homem que produz (CODO, 1993)*”.

O enunciador utiliza o discurso indireto para subordinar o enunciado citado à enunciação do discurso citante, dando, sua versão do plano de conteúdo do discurso de outrem. Dessa maneira, com a citação indireta, o enunciador busca assegurar maior autoridade a seu dizer e tornar ainda mais verossímil o seu discurso.

Assim, o sujeito da enunciação recorre ao texto de uma autoridade reconhecida pela comunidade discursiva, a saber, o texto sobre identidade e trabalho de Codo et al (1993) que trata do papel da composição de classes na conformação da identidade do trabalhador. Para Codo et al (1993, p. 119) “existem duas classes sociais fundamentais, os donos dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho”.

A autoridade referenciada constrói a organização da identidade do trabalhador a partir do jogo de representações veiculadas por duas formações discursivas, e também, reconhecidas nas marcas lingüísticas no texto analisado neste artigo. Dessa maneira, o enunciador quer reforçar o seu *ethos* de confiabilidade e de porta-voz autorizado frente à comunidade discursiva.

Para concluir nossa análise, trataremos acerca do uso das aspas pelo enunciador. Segundo Authier-Revuz (1998, p.136), o que as aspas indicam “é um tipo de ausência, de vazio a ser preenchido interpretativamente”. Caberá ao enunciatário compreender a razão do uso das aspas, ou seja, decifrar por que o enunciador sublinha determinadas palavras, qual efeito de sentido a ser produzido.

As aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu exterior; um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço. Uma formação discursiva se estabelece entre estes dois limites, a saber, um discurso totalmente entre aspas, do qual nada é assumido, e um discurso sem aspas que pretenderia não estabelecer relação com o exterior. (MINGUENEAU, 1997, p.90)

O sujeito enunciador utiliza as aspas quando se refere a “*palco*” e a “*coisificador*”. O aspeamento é um recurso que marca o posicionamento do sujeito da enunciação, deixando explícito tratar de palavras que não pertencem à formação discursiva em que o mesmo está inscrito.

Neste artigo, o local de trabalho é tratado como “*palco*” e o trabalhador como “*coisa*”, como elementos da *aparência* e não da *essência*, da formação discursiva capitalista. Realmente o sujeito da enunciação quer marcar o distanciamento do tipo de formação ideológica do discurso capitalista. Podemos, com a análise empreendida do trecho do relatório de estágio de Miguel (2005), “ouvir” por trás do texto o provérbio: “nem tudo que reluz é ouro” no mundo do trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise do texto foi possível averiguar as marcas enunciativas de duas formações ideológicas antagônicas e clássicas que compõem a materialidade das práticas discursivas do mundo do trabalho. O jogo discursivo permite ao sujeito da enunciação criar efeitos de sentido que tentam persuadir o leitor a crer na veridicidade textual de que, no mundo do trabalho, “nem tudo que reluz é ouro”, fazendo alusão a relação de oposição entre a *aparência* e a *essência* dos elementos constitutivos da realidade das relações sociais de trabalho.

Assim, destacamos que, nesse texto da estagiária Miguel (2005), o Outro reitera a formação discursiva que se posiciona contrária a condições mais igualitárias entre trabalhadores e detentores do capital; conseqüentemente, defende a aplicação dos princípios tayloristas para organização do trabalho e descomprometem-se com os efeitos danosos desse modelo para o trabalhador assalariado empregado na indústria de fiação. Dessa forma, o sujeito da enunciação parece aderir à formação ideológica de cunho marxista que tenta alertar os trabalhadores para o aviltamento das condições de trabalho, para o controle rígido dos processos de produção e para as estratégias alienantes a que se submetem os trabalhadores no sistema fabril.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Subjetividade, argumentação, polifonia*. São Paulo: Unesp, 1998.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fronteira, 1986.

FIORIN, José Luis. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Linguagem e ideologia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho A.; GRISCI, Carmem Lúcia Iochins. *A fala do trabalhador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MIGUEL, Daniela Bernardi. O que está atrás das cortinas do cenário organizacional: a discordância entre o discurso e o dia a dia nas organizações. *Relatório de Estágio*. Curso de Psicologia. Universidade Estadual de Londrina, 2005.

OBELKEVICH, James. Provérbios e história social. In BURKE, Peter; PORTER, Roy. *História social da linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997, p.43-81.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Scipione, 2003.